



## **ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2019**

Ao vigésimo dia do mês de março de dois mil e dezenove, às dez horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência – na sua sede, à Rua da Quitanda número cento e seis, terceiro andar, Centro, Rio de Janeiro. Presentes os conselheiros Antonio César Motta Carvalho, no exercício da Presidência, Douglas das Chagas Almeida Lima, como Secretário do Conselho na ausência do senhor Laércio dos Santos Martins, e Fernandes Lima. Verificada a presença de quórum, instalou-se a reunião com a seguinte pauta: **Item um. Análise e aprovação dos balancetes de outubro, novembro e dezembro de dois mil e dezoito. Item Dois. Aprovação do Balanço Exercício dois mil e dezoito. Item Três. Apresentação do cálculo atuarial. Item Quatro. Apresentação de análise de possível impacto com a redução de receitas de royalties caso haja partilha entre os Estados.** A Diretora de Administração e Finanças do Rioprevidência, senhora Elaine Costa da Assunção de Mello, deu as boas-vindas aos membros do Conselho Fiscal e, após as considerações iniciais, o Gerente de Controladoria, senhor Robson Leite de Albuquerque, deu início à apresentação com o **Item Dois** da pauta. O senhor Robson de Albuquerque informou que foi convidado a assumir a Gerência de Controladoria, e explicou que o ano de dois mil e dezoito teve um contexto muito específico, uma vez que o cenário do Estado do Rio de Janeiro ainda era de crise: no início do ano passado foi realizada mais uma operação internacional de cessão de royalties para que fossem quitados os salários em atraso de servidores; foi aplicada a Lei número sete mil seiscentos e seis, de dois mil e dezessete, que determinou aumento de contribuição previdenciária para quatorze por cento, visando colocar as folhas de pagamento em dia; e a crise foi desigual para os Poderes, dificultando a análise contábil. O senhor Robson de Albuquerque apresentou o balanço orçamentário do ano de dois mil e dezoito no plano financeiro: houve melhora do quadro com a elevação dos recebíveis de royalties,

por meio do aumento da produção e do preço do Brent, além da repactuação entre os investidores e o Rioprevidência, sobrando mais dinheiro para o Fundo. Contudo, segundo o Gerente de Controladoria, a despesa da Autarquia ainda é muito alta, e o déficit continuou a ser aportado pelo Tesouro Estadual. O senhor Robson de Albuquerque apontou que a receita realizada de dois mil e dezoito do fundo financeiro alcançou o valor de dezenove bilhões quatrocentos e setenta e nove milhões setecentos e sessenta e dois mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos, e que a despesa orçamentária totalizou vinte e um bilhões seiscentos e sessenta e quatro milhões novecentos e trinta e seis mil quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos, sendo as despesas previdenciárias responsáveis por oitenta e sete vírgula vinte e cinco por cento desse valor, e as despesas com a operação, onze vírgula quarenta e seis por cento. Com relação às despesas previdenciárias de dois mil e dezoito, o Gerente de Controladoria esclareceu que as aposentadorias e reformas somaram treze bilhões setecentos e trinta e oito milhões trezentos e vinte e nove mil duzentos e dez reais e quarenta e cinco centavos; que as pensões do RPPS de civis e militares alcançaram quatro bilhões trezentos e cinquenta milhões oitocentos e noventa e seis mil duzentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos; e que as despesas de exercícios anteriores equivaleram a oitocentos e treze milhões oitocentos e sessenta e oito mil e treze reais e oitenta e quatro centavos. De acordo com o senhor Robson de Albuquerque, as despesas administrativas do plano financeiro no ano de dois mil e dezoito totalizaram dois bilhões seiscentos e trinta e quatro milhões trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos. O Gerente de Controladoria observou que a contribuição previdenciária patronal e de servidores esteve em dia até o final do exercício, e que, desde o ano de dois mil e quinze, ficou estabelecido que a despesa com a operação de cessão de royalties deveria ser demonstrada como despesa orçamentária. O senhor Robson de Albuquerque passou ao balanço patrimonial do plano financeiro. Segundo ele, o ativo total somou cento e noventa e dois bilhões setecentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil trezentos e cinco reais e um centavo. O Gerente de Controladoria passou, então às demonstrações contábeis de dois mil e dezoito do plano previdenciário: no balanço orçamentário, a receita totalizou quatrocentos e cinquenta e sete milhões quinhentos e

setenta e nove mil cento e vinte e três reais e quatro centavos, e a despesa liquidada, quatorze milhões setecentos e noventa mil e dezesseis reais e vinte e seis centavos. Segundo o Gerente de Controladoria, o demonstrativo da receita do ano de dois mil e dezoito foi de quatrocentos e cinquenta e sete milhões quinhentos e setenta e nove mil cento e vinte e três reais e quatro centavos, o equivalente a um aumento de cinquenta vírgula noventa e três por cento em relação ao período anterior. A despesa liquidada totalizou treze milhões duzentos e vinte e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos. Destes, um milhão quinhentos e sessenta e três mil cento e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos foram relativos à despesa previdenciária, cinco milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos foram referentes à despesa com PASEP, e sete milhões setecentos e sessenta e dois mil trezentos e dez reais e cinquenta centavos, relacionados às despesas de custeio. O Gerente de Controladoria passou ao balanço patrimonial do plano previdenciário. Segundo ele, o ativo total somou um bilhão duzentos e vinte e três milhões trezentos e trinta e sete mil novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos, e o passivo total equivaleu a bilhão duzentos e vinte e três milhões trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos. O Gerente de Controladoria apontou que a contribuição patronal deste plano permaneceu como vinte e dois por cento, diferentemente do plano financeiro. O senhor Robson de Albuquerque exibiu, também, quadro com a relação ativo versus déficit/superávit técnico versus reservas matemáticas do plano previdenciário. O item foi colocado em deliberação. Os Conselheiros presentes aprovaram o balanço de dois mil e dezoito e entregaram ao Rioprevidência o parecer com a aprovação da gestão dos fundos financeiro e previdenciário referente ao exercício de dois mil e dezoito. O Conselheiro Douglas das Chagas Almeida Lima perguntou se há previsão de quando não será mais necessário o aporte do Tesouro Estadual no Rioprevidência. O senhor Robson de Albuquerque esclareceu que essa é uma questão de equilíbrio atuarial do fundo financeiro. A Diretora de Administração e Finanças explicou que a nova gestão do Rioprevidência objetiva tomar algumas ações, como o esvaziamento da carteira de imóveis, por exemplo, uma vez que o principal objetivo desses recursos é a alienação, para gerar recursos para o fundo financeiro. Segundo a

senhora Elaine Mello, muitos dos imóveis alocados na carteira imobiliária do Fundo não geram retorno financeiro. Dessa forma, ao esvaziar a carteira imobiliária, retirando os imóveis que não oferecem retorno, os números estariam mais próximos da realidade. O Conselheiro Douglas Lima sugeriu que o Rioprevidência verificasse o caso da Cidade Administrativa de Belo Horizonte, em Minas Gerais, no qual constatou-se uma redução de contratos envolvendo estrutura e administrativo ao concentrar em um único imóvel todas as Secretarias e Órgãos. O Presidente do CONFIS, conselheiro Antonio César Motta Carvalho, apontou que a situação independe do Rioprevidência e do Estado do Rio de Janeiro, sendo necessário ser discutido um novo pacto federativo. O conselheiro Antonio César Carvalho observou que o Rioprevidência foi considerado o Fundo com a melhor gestão de RPPS do Brasil em dois mil e dezoito. Ele disse que houve um esforço para que fossem pagos os salários de aposentados e pensionistas, e que, se a partilha de royalties entre os Estados da federação se concretizar, o Rio de Janeiro terá sérios problemas. **Item Um.** Os balancetes de outubro, novembro e dezembro de dois mil e dezoito foram colocados em deliberação e foram aprovados pelos Conselheiros presentes, que entregaram à Gerência de Governança Corporativa os pareceres mensais dos balancetes contábeis dos fundos financeiro e previdenciário dos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de dois mil e dezoito. **Item Três.** A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência, senhora Rachel Mercedes Penha de Castro, apresentou a Avaliação Atuarial dos planos financeiro e previdenciário do Rioprevidência. A senhora Rachel de Castro explicou que a data base da avaliação foi o mês de setembro de dois mil e dezoito e que a data focal foi o dia trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito. Ela esclareceu que a avaliação atuarial incluiu todos os Poderes, os quais receberam ofícios solicitando informações referentes àquele período. A senhora Rachel de Castro deu início à exibição lembrando a todos os presentes da realização da segregação de massa no Rioprevidência em setembro de dois mil e treze e das mudanças acarretadas por ela. A Gerente de Previdência e Atuária e informou que o fundo financeiro possui hoje cento e oitenta e um mil trezentos e trinta e dois servidores ativos, cento e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e sete servidores aposentados e sessenta e nove mil oitocentas e vinte e duas pensões. A senhora Rachel de Castro apresentou a taxa de juros real a zero por cento ao ano como principal

hipótese financeira utilizada no cálculo atuarial do fundo financeiro, e exibiu as principais hipóteses biométricas utilizadas em função do evento gerador: a Tábua de Mortalidade (evento gerador morte) AT – Dois Mil, a Tábua de Sobrevivência (evento gerador sobrevivência) IBGE – Dois Mil e Dezessete, a Tábua de Mortalidade de Inválido IBGE – Dois Mil e Dezessete e a Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência exibiu quadro com a discriminação populacional de ativos civis e militares contidos no plano financeiro: o plano possui cento e vinte e quatro mil seiscentos e dezenove servidores ativos civis com idade média atual de cinquenta anos, com idade média de admissão no serviço público de trinta e um anos, idade média de aposentadoria projetada de cinquenta e oito anos e salário médio de cinco mil trezentos e noventa e três reais e vinte e um centavos, totalizando uma folha de salários mensal de seiscentos e setenta e dois milhões noventa e seis mil oitocentos e oitenta e um reais e trinta e sete centavos; o plano financeiro possui, ainda, cinquenta e seis mil setecentos e treze servidores militares com idade média atual de quarenta anos, idade média de admissão no serviço público de vinte e cinco anos, idade média de aposentadoria projetada de cinquenta e três anos, e salário médio de cinco mil cento e quatorze reais e oitenta centavos, somando uma folha salarial mensal de duzentos e noventa milhões setenta e cinco mil oitocentos e sessenta reais e trinta e sete centavos. A senhora Rachel de Castro exibiu, também, quadro com a discriminação populacional dos beneficiários contidos no plano financeiro: o plano possui cento e sessenta e nove mil oitocentos e noventa e sete aposentados civis e militares com idade média atual de sessenta e nove anos e benefício médio de seis mil e treze reais e sessenta e sete centavos, perfazendo uma folha salarial de um bilhão vinte e um milhões setecentos e quatro mil duzentos e dezoito reais e sessenta e um centavos; com relação às pensões civis e militares, a população equivale a sessenta e nove mil oitocentos e vinte e dois instituidores de pensão, cuja idade média atual é de sessenta e cinco anos, e o benefício médio alcança cinco mil e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos, totalizando uma folha mensal de trezentos e cinquenta e três milhões cento e noventa e dois mil cento e trinta e três reais e dois centavos. A Gerente de Previdência e Atuária apontou as variações do quantitativo de participantes entre os exercícios de dois mil e dezessete e dois mil e dezenove, as variações dos salários e dos benefícios médios e as

variações das folhas de pagamento. A senhora Rachel de Castro informou os resultados da avaliação: a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) totalizou trezentos e oitenta e quatro bilhões novecentos e sessenta e seis milhões quatrocentos e oitenta e nove mil e sessenta e três reais e setenta e três centavos; a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) alcançou quatrocentos e vinte bilhões oitocentos e oitenta e nove milhões oitocentos e oitenta e seis mil duzentos e setenta e dois reais e dois centavos; as Reservas Matemáticas somaram oitocentos e cinco bilhões oitocentos e cinquenta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos; o Ativo Líquido do Plano realizou cento e noventa e dois bilhões setecentos e cinquenta e sete milhões seiscentos e sessenta e três mil trezentos e cinco reais e um centavo; e o Déficit Técnico Atuarial do plano financeiro alcançou seiscentos e treze bilhões noventa e oito milhões setecentos e doze mil e trinta reais e setenta e quatro centavos. Segundo a senhora Rachel de Castro, esse valor é o resultado da diferença entre as Reservas Matemáticas e o Ativo Líquido do plano. A Gerente de Previdência e Atuária informou que Déficit Técnico Atuarial do plano financeiro passou de seiscentos e trinta e dois bilhões cento e oitenta e três milhões quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e três centavos para seiscentos e treze bilhões noventa e oito milhões setecentos e doze mil e trinta reais e setenta e quatro centavos. Ela indicou, então, os motivos da redução do déficit atuarial no plano financeiro em relação ao período anterior. Influenciaram positivamente: a consolidação da majoração da alíquota de contribuição previdenciária para quatorze por cento; o resultado dos investimentos, que superou a meta atuarial; e a diminuição da Reserva de Benefícios a Conceder. Influenciaram negativamente: a mudança de Tábua IBGE – Dois Mil e Dezesseis para IBGE – Dois Mil e Dezessete; a redução da população de ativos e a diminuição da folha dos ativos. A senhora Rachel de Castro passou, enfim, à análise do plano previdenciário: o plano capitalizado possui dezoito mil seiscentos e quatro servidores ativos, vinte e oito aposentados por invalidez e trinta e duas pensões. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência apresentou a taxa de juros real a cinco por cento ao ano como principal hipótese financeira utilizada no cálculo atuarial do plano previdenciário, de acordo com as Portarias MPS número quatrocentos e dois e número quatrocentos e três, de dois mil e

oito, e exibiu as principais hipóteses biométricas empregadas em função do evento gerador: a Tábua de Mortalidade (evento gerador morte) AT – Dois Mil, a Tábua de Sobrevivência (evento gerador sobrevivência) IBGE – Dois Mil e Dezessete, a Tábua de Mortalidade de Inválido IBGE – Dois Mil e Dezessete e a Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas. A senhora Rachel de Castro apresentou quadro com a discriminação populacional de ativos, aposentados e pensionistas contidos no plano previdenciário: o plano possui dezoito mil seiscientos e quatro servidores ativos com idade média atual de trinta e sete anos, idade média de admissão no serviço público de trinta e três anos, idade média de aposentadoria projetada de sessenta e um anos e salário médio de três mil e oitenta e quatro reais e cinquenta e três centavos, totalizando uma folha de salários mensal de cinquenta e sete milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscientos e oitenta e cinco reais e trinta centavos; e vinte e oito aposentados, todos por invalidez, com idade média atual de quarenta e quatro anos e salário médio de mil novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos, somando uma folha de benefícios mensal de cinquenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e quatro centavos. O plano previdenciário possui, ainda, trinta e dois pensionistas com idade média atual de trinta e seis anos e salário médio de três mil duzentos e dez reais e quarenta e três centavos, somando uma folha de benefícios mensal de cento e dois mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos. A Gerente de Previdência e Atuária do Rioprevidência exibiu as variações no quantitativo de participantes do plano, as variações de salários e benefícios médios, e as variações das folhas de salários e benefícios entre os exercícios de dois mil e dezessete e dois mil e dezenove. Ela mostrou, também, a distribuição de servidores ativos por Secretaria/Órgão do Estado. A senhora Rachel de Castro informou os resultados da avaliação atuarial do plano previdenciário: a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC) totalizou trinta e dois milhões setecentos e setenta e nove mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta e um centavos; a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC) alcançou setecentos e cinquenta e um milhões novecentos e quarenta e sete mil seiscientos e vinte e três reais e treze centavos; as Reservas Matemáticas somaram setecentos e oitenta e quatro milhões setecentos e vinte e sete mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos; o Ativo Líquido do Plano realizou um bilhão duzentos e vinte e três

milhões trezentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos; e o Superávit Técnico Atuarial do plano previdenciário alcançou quatrocentos e trinta e oito milhões seiscentos e oito mil e cinquenta e três reais e noventa e um centavos. A Gerente de Previdência e Atuária apontou os motivos da redução do déficit atuarial no plano previdenciário em relação ao período anterior. Influenciaram positivamente: a consolidação da majoração da alíquota de contribuição previdenciária para quatorze por cento e o resultado dos investimentos, que superou a meta atuarial. Influenciaram negativamente: a mudança de Tábua IBGE – Dois Mil e Dezesseis para IBGE – Dois Mil e Dezessete; o aumento das Reservas Matemáticas; e a manutenção da população de ativos e o aumento da quantidade de aposentados. A senhora Rachel de Castro informou que atualmente a Avaliação Atuarial é feita por empresa de consultoria sob comando da Caixa Econômica Federal, e que, a partir deste ano, a equipe da Gerência de Previdência e Atuária do Rioprevidência passará a realizar todo o cálculo atuarial, emitindo o Relatório da Avaliação Atuarial Anual. Como consequência, poderão ser utilizados pela equipe do Rioprevidência métodos de cálculo diferentes, embora sempre respeitando as Portarias MPS quatrocentos e três, de dois mil e oito, com as alterações posteriores, e a Portaria do Ministério da Fazenda quatrocentos e sessenta e quatro, de dois mil e dezoito. **Item Quatro.** O Diretor de Investimentos do Rioprevidência, senhor Aloisio Villeth Lemos, apresentou a análise de possível impacto com a redução das receitas provenientes de royalties no Rio de Janeiro caso haja partilha entre os Estados, que havia sido solicitada pelos Conselheiros em reunião anterior. Segundo o Diretor de Investimentos, caso a partilha se concretize, acarretará graves problemas ao Estado. A senhora Elaine Mello explicou que aproximadamente sessenta por cento das receitas do Rioprevidência são provenientes de royalties e participações especiais. O Conselheiro Douglas Lima esclareceu que dois fatores induziram o Conselho Fiscal a solicitar a análise: a projeção para verificar qual seria o volume de aporte do Tesouro Estadual no Rioprevidência, e como a logística poderia ajudar o Estado a ter condições de enfrentar e reduzir o déficit. A senhora Elaine Mello comentou que a Diretoria Executiva do Fundo tem estudado a possibilidade de criar um segundo plano previdenciário, tendo em vista a preocupação com a insuficiência do plano financeiro. Nada mais havendo a tratar, o senhor Antonio César Motta Carvalho, em comum acordo



com os demais membros, encerrou a reunião, e eu, Douglas das Chagas Almeida Lima, lavrei a presente ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

**Antonio César M. Carvalho**  
Presidente

**Douglas das Chagas A. Lima**  
Secretário

**Fernandes Lima**  
Membro suplente